



Instituto de
Desenvolvimento e
Inspeção das Condições
de Trabalho

É um organismo de âmbito nacional da Área das Relações e das Condições de Trabalho.

Ministério do Trabalho
e da Solidariedade

SERVIÇOS CENTRAIS

Praça de Alvalade, 1
1749-073 Lisboa
Tel.: 217 924 500
Fax: 217 934 047
Mail: IDICT@idict.gov.pt
www.idict.gov.pt

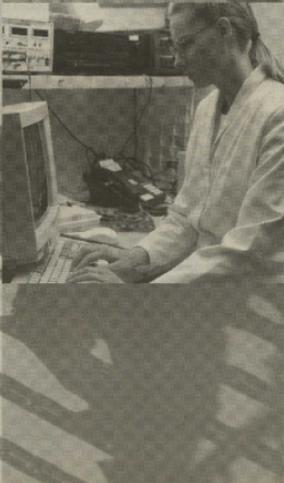
... e em 36 delegações
regionais em todo o país.



O IDICT tem por missão promover o desenvolvimento e a implementação de sistemas e metodologias de inovação, prevenção e controlo com vista a melhoria das condições de trabalho, tendo em atenção os contextos sociais, culturais, económicos e tecnológicos da sociedade e das empresas.



O IDICT desenvolve um conjunto de actividades, algumas das quais integram os diversos pontos em que se desdobra o **Acordo Sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade**, assinado pelo Governo e Parceiros Sociais em 09 de Fevereiro de 2001, visando dotar o mundo do trabalho em especial, e a sociedade portuguesa em geral, dos utensílios necessários à criação de uma cultura de prevenção, com a consequente execução do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde, contribuindo para a diminuição da sinistralidade laboral e das doenças profissionais.



Brito Xavier faz balanço do mandato como presidente do IDICT

Plano de Apoio à Prevenção para mudar mentalidades

O Plano Nacional de Apoio à Prevenção visa introduzir na mentalidade e na vida económica portuguesa as preocupações com a higiene e segurança no trabalho. No âmbito daquele Plano já foi publicada legislação sobre os contratos de adaptação, um dos instrumentos fundamentais para contratualizar com os sectores de actividade as medidas necessárias para fazer o levantamento dos riscos específicos de cada sector. Para o presidente do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) trata-se de um esforço vultuoso, que pode ir até um milhão de contos num primeiro ano, e um desafio lançado às empresas no sentido de apostar na qualidade. E o dr. Brito Xavier sublinha que a maior parte das empresas está a interiorizar que trabalhar com qualidade traz uma diminuição de custos.

Luis Santos

Campeão dos Profissionais (CP) - O que é o IDICT?

Brito Xavier (BX) - O IDICT congrega a Inspeção do Trabalho, também a área dos riscos profissionais, higiene e segurança no trabalho, em termos legais, e congrega ainda a área das relações profissionais. Prevê-se no futuro uma reformulação deste figurino, retirando-se para um organismo autónomo parte das competências das relações profissionais, momentaneamente sob o que diz respeito à conciliação e mediação dos conflitos de trabalho. Esta reestruturação é prevista no próprio Acordo de Concertação Social para a Higiene e Segurança e é, portanto, uma política deliberadamente assumida pelos parceiros sociais e pelo Governo.

CP - O Instituto tem funcionado bem?

BX - Penso que o IDICT tem funcionado razoavelmente bem como organização dimensionada para, por um lado, ser um apoio aos conflitos sociais e, por outro lado, reestruturar uma área praticamente inovadora, que se começou a pensar a partir de 1991 e que é a área da higiene e segurança no trabalho. Obviamente que se defronta com algumas dificuldades na implementação das suas políticas e, por isso, nunca podemos dizer que funciona a 100 por cento. Tem cumprido a sua função e particularmente correspondido à

tal multidisciplinaridade que era pretendida e à pontuação recíproca das suas valências. Podemos desaminar o que faz no caso de um conflito de trabalho, no seu início, preventivamente, e o que faz quando é preciso fazer coercivamente. É um modelo que tem vindo a provar e a demonstrar que não foi uma ideia mal pensada.

Todos os parceiros estão interessados no higiene e segurança no trabalho e, por isso mesmo, o primeiro acordo temático celebrado foi sobre esta área e com poucas vozes discordantes

CP - Quais são os conflitos de trabalho que passam pelo IDICT?

BX - Toda a conflitualidade laboral, quer aquela que podemos considerar institucionalizada, mediante pedidos de intervenção, quer mesmo uma conflitualidade que tentamos resolver sem ser necessário recorrer aos expedientes legais.

CP - Fala noutra modificação do figurino do IDICT.

BX - Grande parte da área de actuação está hoje a ser trabalhada na base de um acordo com os parceiros sociais. O acordo prevê diversas etapas, uma das quais uma reformulação do IDICT. Uma vez que há esta vontade em que os parceiros sociais se empenha-

ram activamente, irão zelar para que sejam cumpridos esses acordos no futuro, o que tira alguma margem de manobra a governos que venham posteriormente. Um acordo de concertação social é, apesar de tudo, uma contrapartida política e não há nenhuma razão para que não seja pontualmente cumprido, ponto por ponto.

CP - O acordo de concertação social foi um grande passo em frente?

BX - Os grandes acordos de concertação estratégica eram difíceis de realizar, porque quando se chegava a acordos nalguns pontos discordava-se de outros. O Governo cessante introduziu um tipo de diálogo com os parceiros sociais em que, para ultrapassar isso, começaram-se a fazer acordos temáticos, sobre matérias em relação às quais não existem discordâncias. Todos os parceiros estão interessados na higiene e segurança no trabalho e, por isso mesmo, o primeiro acordo temático celebrado foi sobre esta área e com poucas vozes discordantes. Este acordo é um passo muito grande para implementação da lei quadro da higiene e segurança, que subscrevemos com a União Europeia em 1991. O segundo acordo foi sobre a formação e um terceiro acordo sobre a segurança social. Estes acordos significam hoje poder começar a trabalhar em certas áreas de forma solidária e conjugada.



"Grande parte da área de actuação está hoje a ser trabalhada na base de um acordo com os parceiros sociais."

Enquanto não se introduzir no próprio gestão das empresas as preocupações da segurança e da higiene, nunca conseguiremos reduzir os níveis de sinistralidade

CP - E quais são os aspectos práticos na área da higiene e segurança?

BX - O acordo visa a criação de um Plano Nacional de Apoio à Prevenção, que engloba todas as diversas áreas onde, com alguma dispêndio, estamos a actuar ao mesmo tempo. No acordo temos uma grande componente formativa, ou seja, informativa, temos também campanhas, um plano para induzir nos curriculares escolares da higiene e segurança, assim como tudo aquilo que até agora tentámos dar uma certa solidez técnica, uma certa homogeneidade. Trata-se de um plano operacional para se conseguir realmente introduzir na mentalidade e na vida económica portuguesa as preocupações com a higiene e segurança, como uma forma de gestão do tecido empresarial português e não como uma abordagem falocosa ou apenas uma abordagem lídica. Estamos em contacto com as várias realidades humanas e temos níveis de sinistralidade muito elevados, que não são aceitáveis. E enquanto não houver uma política que consiga introduzir no fundamento da própria gestão das em-

presas estas preocupações da segurança e da higiene, nós nunca conseguiremos reduzir substancialmente os níveis de sinistralidade. Este plano visa também combater isto, num país que está na cauda da Europa em matéria de sinistralidade.

CP - A sinistralidade tem vindo a diminuir?

BX - É óbvio que a sinistralidade tem vindo a diminuir. Por exemplo, na construção civil, houve tantos acidentes de trabalho no ano passado como há sete anos, sabendo-se que actualmente há o dobro de trabalhadores nesta área de actividade. Mas a sinistralidade deve combater-se permanentemente e tentar o impossível - reduzir para zero.

Temos de ter a consciência limpa para dizer: se morrer um trabalhador estava tudo feito para que isso não acontecesse. Forçá-lo é um limite razoável. É claro que haverá sempre acidentes, como há na estrada, como há sinistralidade doméstica, mas temos de incansavelmente nunca nos demovermos do propósito de combater a sinistralidade, até ao limite.

CP - Este Plano Nacional de Apoio à Prevenção já está a ser posto em prática?

BX - Já tem medidas concretas ao nível informativo e formativo, como a formação dos representantes dos trabalhadores e dos representantes dos empregadores para a higiene e segurança. As próprias campanhas de prevenção de riscos

na Construção Civil, Agricultura, Têxtil e na Cerâmica fazem parte do Plano Nacional, assim como os livros que elaborámos para os trabalhadores de Leste sobre as regras de higiene e segurança, publicados em ucraniano, romeno, francês e inglês. O Plano Nacional de Apoio à Prevenção só não foi ainda aprovado no Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho porque se achou que neste momento se deveria esperar pelo novo Executivo. O resto está tudo elaborado, cumprindo os prazos.

O IDIC vai apoiar a formação dos próprios quadros das empresas a conceder crédito para a compra dos instrumentos necessários para diminuir os riscos

CP - Mas esse Plano engloba ainda outros sectores.

BX - Dentro do Plano temos de salientar um decreto-lei que saiu sobre os contratos de adaptação, um dos instrumentos operacionais mais importantes do IDIC, que visa fundamentalmente contratualizar com os sectores de actividade as medidas necessárias para fazer o levantamento dos riscos específicos de cada sector. E depois de se fazer isto a nível dos vários sectores de actividade, parte-se para um segundo patamar, em que

que se perdeu quando um trabalhador morre. Se fizermos uma boa gestão, organizando esses custos e os benefícios, verificamos que no deve e haver haverá um saldo positivo para a empresa se ela conseguir diminuir a sua própria sinistralidade.

CP - Por que 90 por cento do tecido empresarial português são pequenas empresas?

BX - A lei prevê essa situação e hoje numa pequena empresa, por exemplo com menos de nove trabalhadores, pode ter um trabalhador designado para a questão da higiene e segurança e pode até o próprio empresário exercer essas funções. Isto permite-lhes, em articulação com uma empresa prestadora de serviços, conseguir atender as necessidades mínimas e básicas. Também não sou tão otimista para li dizer que isto se opera como uma varinha mágica e toda a gente passa a cumprir. Ainda hoje há instituições em matéria de ambiente, uma questão que se debate há muito tempo...

Trata-se de um instrumento poderoso, só se tem que aproveitar, para podermos encantar a realidade com uma perspectiva de melhoria a curto prazo, viramos uma página e, dentro de algum tempo, começamos nesta matéria a caminhar com o mesmo ritmo dos nossos parceiros europeus.

CP - A União Europeia é exigente nesta matéria?

BX - A higiene e segurança também são uma questão de qualidade e a Comissão Europeia pensa criar um selo geral para premiar empresas, não apenas pela sua qualidade inscrita no produto, mas pela qualidade das suas condições de trabalho. Isto vai ser uma garantia para que as empresas possam competir no mercado e tudo que não for assim poderá ser considerado dumping. Não podemos atirar-nos nesta matéria, porque a Europa não perdoa.

CP - As empresas já se consciencializam que o questionário de higiene e segurança não é um custo mas um investimento?

BX - A maior parte das empresas está a interiorizar que trabalhar com qualidade não só beneficia a própria empresa, como traz uma diminuição de custos. Vejamos o nível de baixas que existe no nosso País, o nível de sinistralidade e a repercussão que tem sobre os fundos públicos que pagam isto, mas também sobre as próprias empresas, com o número de horas de trabalho desperdiçado, a formação



"A higiene e a segurança também são uma questão de qualidade e a Comissão Europeia pensa criar um selo geral para premiar empresas."

campanhas também os centros tecnológicos, porque eles conhecem o terreno. As campanhas têm produzido fundamentalmente material didático e pedagógico extremamente importante. E temos verificado que após uma campanha há muito mais gente dentro de um sector de actividade a conhecer as regras do jogo e a tentar aplicá-las. É óbvio que isto não produz efeitos no ano imediato, mas o objectivo é deixar a semente que faça perdurar no tempo a capacidade de criar condições de trabalho para que os objectivos sejam atingidos.

CP - Como está o campaigno do têxtil?

BX - A campanha têxtil teve algumas vicissitudes no tempo, não se conseguiu terminar no prazo previsto, mas teve uma elevada adesão com candidaturas a projectos de centros tecnológicos, associações patronais e universidades.

CP - É urgente o da cerâmica?

BX - A cerâmica portuguesa é de muito boa qualidade, temos a segunda melhor a seguir à Itália, mas dizem que não é nada inferior à italiana. Esperamos uma grande adesão a esta campanha, que, como as outras, incide sobre questões concretas e a participação das universidades é valiosa dada a investigação sobre algumas matérias que depois são incorporadas nas campanhas.

CP - Trata-se de recuperar anos de atraso?

BX - Nós só começamos a pensar nestas coisas

há 10 anos. Havia alguma tradição na medicina do trabalho, mas na segurança e higiene não tínhamos rigorosamente nada, a não ser uma vaga ideia do que se passava lá fora.

Temos de ter a ambição de educar desde crianças os alunos, para que possam começar a pensar e a meditar nestas questões de higiene e segurança

CP - Ao que sabemos, há ainda o Plano Nacional de Higiene e Segurança para integrar nos currículos escolares.

BX - Esta também é uma matéria fundamental. Na altura em que fui delegado em Coimbra começamos o programa Trabalho Seguro, que envolveu várias escolas, a título de voluntariado, e que nos permitiu começar a dialogar com a Direcção Regional de Educação do Centro. Vimos depois, com alguma auto-satisfação - e até foi o dr. Abrantes Maia que pegou neste programa - a possibilidade de passar a dialogar com outras Direcções Regionais e, finalmente, com o Ministério da Educação, no sentido de podermos ter a ambição de educar desde crianças os alunos, para que possam começar a pensar e a meditar nestas questões e sejam eles próprios a dizer aos mais velhos o que devem ou não fazer. Nesta matéria do en-

sinio, porque não exista ainda um plano de formação, embora esteja pensado, o IDICT tem apoiado a formação de técnicos de nível médio e de nível três através de protocolos próprios com Universidades e Institutos Superiores, envolvendo bastante dinheiro. Temos já 15 ou 16 protocolos com instituições de ensino superior, que nos merecem confiança, e temos hoje quase 500 pessoas a serem formadas com base no apoio do IDICT. Não se faz higiene e segurança sem técnicos e estes, que os técnicos têm de ser credenciados, através de ofertas formativas, e, por outro lado, só se pode homologar as empresas depois de elas lá terem os técnicos.

CP - Em que ponto está a colaboração com o Ministério da Educação?

BX - Está preparado um protocolo final para entrar em vigor na próxima revisão curricular.

CP - Quais são as relações internacionais do IDICT?

BX - Nós temos a responsabilidade de colaborar com duas agências muito importantes. Uma é a Fundação Dublin para a melhoria das condições de trabalho que tem a ver com a qualidade do trabalho em geral e com o desenvolvimento sustentado, uma expressão muito cara aos nossos parceiros do Norte da Europa, que tem a ver com estudos sobre boas soluções de horários de trabalho, de melhor metodologia de trabalho. É um vivo de alimen-

tação de intercambial para saber o que se passa lá fora e podermos aplicar no nosso País. É nessa fundação que aproximamos pontos de vista e, muitas vezes, levamos a cabo planos operacionais comuns. Somos também o ponto focal da Agência de Higiene e Segurança de Bilbao e nesta agência todos os anos se faz uma campanha a nível dos 15 países da União Europeia. O ano passado foi sobre sinistralidade nas pequenas empresas, há dois anos sobre doenças musculoesqueléticas e este ano é sobre stress no trabalho.

CP - E o futuro do IDICT?

BX - O futuro é continuar a trabalhar nestes áreas, com afinco, convencendo os empregadores das vantagens e das virtudes, aplicando estritamente aquilo que o Plano Nacional nos parece como mais indicado para resolver os problemas. O futuro é de todos, porque todos nós estamos inseridos nesta sociedade e todos a queremos ver progredir para níveis melhores. Ninguém gosta de ficar para trás e isso acontece significativamente através das latimáveis sobre a morte de concidadãos, com razões que poderiam ser perfeitamente evitáveis.

CP - O IDIC é um Instituto Público. É isto o melhor forma para actuar no terreno?

BX - Penso que sim. O IDICT tem provado ao longo do tempo, e já lá vão nove anos, que está a sedimentar o que poderemos chamar de um "caldo de cultura" própria, que tem muito a ver com a administração do trabalho e as suas lógicas. Trata-se de um "caldo de cultura" que deixou de ser. Há muito tempo, uma observação do Estado em impor aos parceiros, mas fomentado com eles. As questões sociais e do trabalho nunca se resolvem com medidas administrativas impostas de fora. Resolvem-se obtendo-se consensos e depois obrigando ao seu cumprimento. Resolvem-se conhecendo-se as sensibilidades de um lado e do outro, conseguindo acordos. São áreas onde temos pleno conhecimento dos valores que estão em causa e o que é preciso fazer para os superar. Todos juntos havemos de olhar para o futuro e dizer o que se pretende nesta matéria, apesar de tudo. O patamar foi ultrapassado e isso é bom.

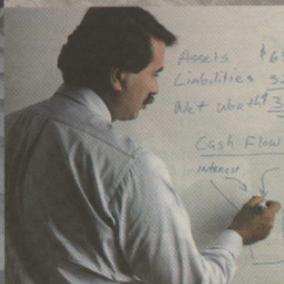


Instituto de
Desenvolvimento e
Inspeção das Condições
de Trabalho

Acordo

Governo e Parceiros Sociais - 9 Fevereiro 2001

ACORDO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO E COMBATE À SINISTRALIDADE



O Governo e os Parceiros Sociais acordaram na elaboração de um Plano Nacional de Acção para a Prevenção (PNAP), concebido como um instrumento de política global de prevenção de riscos profissionais e combate à sinistralidade.

Conteúdos do PNAP:

- Impacto da legislação nas empresas
- Normas específicas de segurança em sectores mais expostos à sinistralidade
- Reestruturação do sistema estatístico de acidentes de trabalho e doenças profissionais
- Fomento de boas práticas empresariais no âmbito da prevenção de riscos profissionais
- Campanhas de informação e sensibilização sectoriais
- Desenvolvimento de programas de prevenção de riscos profissionais na administração pública



- Apoio à formação nas empresas e entidades formadoras acreditadas
- Integração de matérias de SHST nos currículos escolares
- Programas de prevenção em meio laboral de combate ao alcoolismo e outras tóxicodependências

PNESST - Programa Nacional de Educação para a Segurança no Trabalho

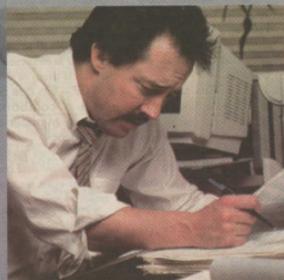
É um programa que pretende promover o apoio a projectos-piloto de sensibilização e formação da comunidade educativa, bem como a introdução/desenvolvimento, de conteúdos de segurança, higiene e saúde no trabalho nos currículos dos sistemas de ensino e formação.

Finalidades

- Contribuir para a diminuição da sinistralidade laboral e doenças profissionais.
- Promover a aproximação entre a escola e o mundo do trabalho.

Eixos de Actuação

- Desenvolvimento curricular
- Formação de Professores.
- Sensibilização da comunidade escolar para a SHST.



Informações

Av. do Brasil, 33, 2ºDtº 1700 Lisboa
Tel.: 217 802 920 • Fax: 217 802 927
e-mail: pnesst@netcabo.pt



Instituto de
Desenvolvimento e
Inspeção das Condições
de Trabalho

A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

políticas, currículos e práticas



Ant.º João Saltão - IDICT
Coordenador do PNESST
(Programa Nacional de Educação para a
Segurança e Saúde no Trabalho)

A incipiente abordagem de conteúdos de educação para a prevenção na nossa sociedade, nomeadamente ao nível do sistema educativo, constitui uma das causas que tem vindo a contribuir de forma progressiva, para os números disponíveis sobre a sinistralidade laboral (cerca de 350.000 acidentes de trabalho/ano, e uma oscilação entre 270 e 300 acidentes mortais), nomeadamente ao nível da população jovem recém-chegada ao mercado de emprego.

Tal facto, sugere uma melhor preparação desses futuros trabalhadores em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, por forma a adquirirem informação técnica, comportamentos e atitudes para a prevenção em geral, nomeadamente no que concerne aos riscos que vão encontrar no exercício da sua actividade.

De acordo com dados estatísticos de 1999 do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, sectores de alta sinistralidade como a construção civil, metalomecânica e agricultura, têm observado um número de acidentes de trabalho preocupante, nomeadamente, ao nível de jovens trabalhadores de baixa qualificação.

Por outro lado, entende-se que articulação de algumas componentes que sustentam o modelo social europeu, isto é a melhoria da empregabilidade da competitividade e da qualidade das condições de vida e de trabalho, pode ser também desenvolvida na óptica da prevenção de riscos profissionais, uma vez que a falta de informação em relação ao perigo pode potenciar a emergência do risco.

Entende-se que a interiorização de comportamentos e atitudes dirigidos à prevenção, no quadro de uma participação activa dos cidadãos, deve desenvolver-se quer nos locais de trabalho, quer em todos os aspectos da sua vida diária, o que pressupõe a adopção por parte dos poderes públicos, de uma política que favoreça as diversas abordagens de uma verdadeira cultura de prevenção ao nível do Sistema Educativo.

Assim, o IDICT enquanto organismo do Ministério do Trabalho para a área da prevenção, assumiu ser o impulsionador de uma linha de acção conjunta com os Ministérios da

Educação e da Saúde, visando o desenvolvimento de uma "cultura de prevenção no meio escolar para a segurança e saúde no trabalho"

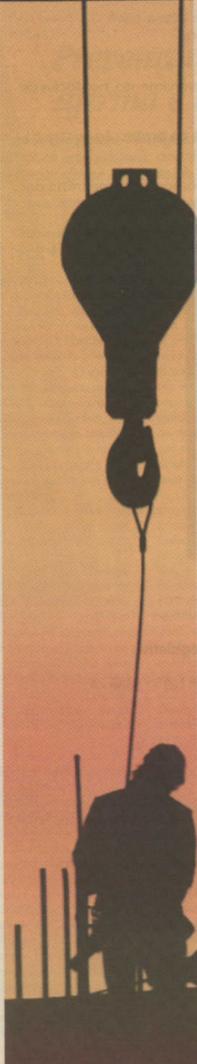
Nesta perspectiva, a sensibilização do meio escolar para a prevenção de riscos profissionais e a integração de conteúdos de segurança, higiene e saúde no trabalho nos currícula dos diferentes níveis de ensino, nomeadamente nos cursos de preparação para a vida activa do ensino básico, e nos cursos tecnológicos e profissionais do ensino secundário, constituem algumas das medidas de natureza estruturante, que poderão vir a contribuir a prazo para a diminuição da sinistralidade laboral em Portugal.

Assim, os projectos autónomos em desenvolvimento em 150 escolas dos ensinos básico, secundário e superior na área da educação/formação em SST, deram origem à institucionalização do Programa Nacional de Educação para a Segurança e Saúde no Trabalho (PNESST).

Por outro lado, e considerando a actual revisão curricular do ensino secundário, o IDICT o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, através dos seus Departamentos do Ensino Básico e Secundário, e das Direcções Regionais de Educação, estabeleceram protocolos de cooperação visando a afectação de recursos materiais e humanos, no sentido da implementação das medidas previstas nos instrumentos normativos e de política social sobre SST, acordados entre o Governo e os Parceiros Sociais

Como corolário, entende-se que esta abordagem constitui um imperativo para a melhoria da qualidade das condições de vida e de trabalho dos futuros trabalhadores, uma vez que, numa sociedade em que o paradigma emergente de uma nova organização do trabalho, na óptica da prevenção de riscos profissionais, terá na educação/formação para a prevenção, uma expressão estruturante, como forma de transpor para o mundo do trabalho o conceito e as práticas da cidadania.

Lisboa, 01 de Abril de 2002
João Saltão





Instituto de
Desenvolvimento e
Inspeção das Condições
de Trabalho

Certificação

de Técnicos Superiores de Segurança e Higiene do Trabalho e Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho e homologação dos respectivos cursos.

Objectivo Geral

Assegurar a implementação e desenvolvimento, nos locais de trabalho, de serviços de prevenção e de protecção contra riscos profissionais, num quadro de promoção da melhoria das condições de trabalho e da competitividade económica.



O Enquadramento Legislativo

Decreto-Lei nº 110/2000 (DR Nº 149 - 1 Série - A,
de 30 de Junho).

Informações

Direcção de Serviços de Prevenção de Riscos Profissionais.

Av. República, 84 - 5º, 1600-025 Lisboa

Tel.: 217 927 000 • Fax: 217 930 515

e-mail: idict-dsprp@ip.pt



Uma porta de entrada para o diálogo nas empresas

Prevenção de riscos profissionais afirma e dinamiza o sector têxtil

Para a Campanha Têxtil foi desenvolvido um programa de acção que, pela via da prevenção de riscos profissionais, contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e para que o sector se afirme e desenvolva, crie bom emprego e ajude a dinamizar a economia nacional.

Luis Santos

Conforme refere o coordenador da campanha, o eng. Paulino Pereira, "se continuarmos com empresas que vendem minutos de trabalho, sem valor acrescentado, vamos ter de concorrer com a China, porque a partir de 2005 a liberalização é total". "O trabalho deve ser começado a ser considerado como um valor e não um custo", refere, para acentuar que "um trabalhador que invente um modelo que se imponha a nível mundial produz um valor incalculável".

Aludindo à dificuldade de o diálogo social entrar nas empresas, uma questão que é histórica e "cultural", e ao facto de em Portugal haver mais sindicatos do que comissões de trabalhadores, aquele responsável entende que a melhoria das condições de trabalho, através da prevenção de riscos profissionais - consensual entre sindicatos e associações empresariais - é uma porta de entrada nas empresas.

Uma campanha, por definição, tem uma duração limitada, pelo que o IDICT pretendeu criar ambiente e condições para que depois o sector prossiga o caminho. De acordo com o protocolo assinado pelos membros da parceria foram identificados objectivos concretos para serem atingidos. Com a campanha já na recta final, destaca-se que no final deste programa o sector fica com um conjunto de informação técnica e de ferramentas que lhe permite identificar e avaliar os riscos, caminhando para boas soluções.

A aposta foi produzir manuais de prevenção para os vários sub-sectores: lanifícios, algodões, vestuário, malhas, cordoaria e redes. O manual tem o enquadramento económico da prevenção de riscos profissionais e o enquadramento técnico da prevenção. Inclui um segundo livro sobre o processo produtivo e termina com fichas técnicas de prevenção de riscos, que as empresas podem e devem adaptar ao seu processo produtivo.

O programa desenvolvido teve também em conta as escolas tecnológicas e profissionais têxteis, o centro tecnológico e as universidades de que tem engenharia têxtil. A campanha começou a 18 de Maio de 1999 e termina a 19 de Junho de 2002, tendo sido apresentados 140 projectos, dos quais foram aprovados 100. Além dos manuais fizeram-se 20 estudos sobre ruído, iluminação e empoeiramento em cada um dos sectores, estando também para ser publicado um guia de ergonomia.

Atrair a comunidade científica

Conforme esclarece Paulino Pereira, "um dos objectivos foi atrair comunidade científica, que anda um bocadinho longe do mundo do trabalho". Foram financiados relatórios de estudo de fime de curso e também uma tese de doutoramento na Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto sobre o trabalho, segundo o género. A Escola de Tecnologia de Castelo Branco, do Politécnico, de-

seenvolveu um programa que, ao mesmo tempo, avalia o empoeiramento em vários locais de trabalho da empresa.

"Se a comunidade científica for bem desafiada resolve. Às vezes para os mestres e os doutoramentos anda-se a inventar investigação e o trabalho, quer da organização, quer de natureza mais técnica de identificar problemas e soluções, é um campo enorme. Resolve o problema da investigação, das empresas e do país", considera.

Na campanha foram priorizados um conjunto de factores de risco, nomeadamente o agente agressivo que se chama ruído, que nas tecelagens e nas fiações tem um quantitativo elevado. E por isso trabalhou-se no sentido de se identificarem as fontes de ruído críticas e desenvolver soluções técnicas que eliminassem ou suavizassem os efeitos.

Outro objectivo específico foram os riscos ligados aos equipamentos de trabalho, visando a sua concepção ergonómica e os riscos que estão associados à operação e à manutenção desses equipamentos. O tecido quando sai de uma tinturaria vai ao controlo de qualidade, que no sector se chama revista. É uma mesa inclinada, tem uma superfície de vidro e uma limpa-dor por trás. Ao fim de poucos minutos o trabalhador fica os "olhos trocados". Mas também aqui há boas notícias: foi desenvolvido uma máquina de inspeção electrónica que permite que o trabalho se faça com maior rapidez, com mais qualidade, fiabilidade e menos mão-de-obra. Anula uma quantidade significativa de

postos de trabalho monótonos e repetitivos, pouco qualificado, tornando o trabalho qualificado.

Por outro lado, não se imagina a quantidade de produtos químicos que se usam na indústria têxtil. O algodão ou a lã é quase o componente menos importante, porque o que dá valor acrescentado são estes, os acabamentos e, estes, conseguem-se 99 por cento das vezes à base de produtos químicos. Estes têm um conjunto de perigos e a aposta é levar as empresas a procurarem substituir por produtos não perigosos ou menos perigosos, minimizando os riscos e aumentando a segurança.

Um outro objectivo específico tem a ver com um aspecto que em Portugal ainda se dá pouca atenção. Trata-se da movimentação das cargas, que, segundo estatísticas dos Estados Unidos e da Inglaterra, estão na causa de entre 30 a 36% dos dias de trabalho perdidos. No sector têxtil há muita movimentação de cargas, desde os fardos de algodão até materiais pesados, mas que pela sua repetitividade vão provocar lesões músculo-esqueléticas.

Outro objectivo identificado tem a ver com o empoeiramento. A indústria têxtil, desde que o fardo de algodão entra até final da produção, tem sempre a preocupação de limpar sucessivamente para evitar as fibras e obter um tecido de qualidade. A mensagem transmitida é a de que as boas condições de trabalho - um ambiente sem poeiras - são amigas da qualidade dos produtos.

O maior sector da indústria transformadora

O sector têxtil em Portugal assume especial relevo económico-social e ocupa um lugar de destaque no conjunto da indústria transformadora. É o maior sector industrial, representando em 1997 (dados disponíveis) 21 por cento das empresas (7.948), 28 por cento do emprego (247.001 trabalhadores) e 17 por cento do valor acrescentado. É ainda responsável por 22 por cento das exportações globais nacionais (809,1 milhões de contos), sendo o sétimo produtor a nível da União Europeia.

Embora se distribua por todo o país, o sector têxtil tem uma elevada concentração na região Norte e pouco significativa a Sul. Por outro lado, este sector encontra-se mais fortemente implantado, quer em número de empresas, quer em termos de emprego, em alguns distritos, como sejam Braga, Porto, Castelo Branco e Guarda.

É um sector que carece de uma abordagem especial, por ser constituído, maioritariamente, por pequenas e médias empresas que têm de enfrentar uma fortíssima concorrência internacional, agravada pelo quadro da globalização da economia, que afecta de uma forma muito particular este sector de actividade.

Com efeito, 52 por cento das empresas têm menos de 10 pessoas ao serviço, empregando sete por cento da totalidade dos trabalhadores do sector. As empresas com mais de 200 e menos de 500 trabalhadores representam apenas dois por cento da totalidade e detêm 21 por cento do emprego.

No contexto da União Europeia, o têxtil é o maior sector industrial, representando 4,2 por cento do Valor Acrescentado e 7,6 por cento do emprego da indústria transformadora. Em termos absolutos representa 120 mil empresas, emprega 2,2 milhões de pessoas, tem um volume de negócios de 36 mil milhões de contos (180 bilhões de euros), exportando 6 mil milhões de contos (30 bilhões de euros).

Um sector com múltiplos riscos profissionais



Na actividade do sector têxtil há, ainda, velhos riscos profissionais por resolver, ligados aos equipamentos de trabalho e aos contaminantes físicos e químicos, e riscos profissionais originados, nomeadamente, pela organização do trabalho: trabalho monótono e repetitivo, ritmos de trabalho e stress profissional.

A inexistência de informação estruturada sobre doenças profissionais por sectores de actividade, e a insuficiência de dados relativos a acidentes de trabalho que sustentem um quadro de políticas e de estratégias de prevenção, vem reforçar a urgência da concretização da medida de desenvolvimento de um "sistema estatístico claro, simplificado e actual, que cubra todos os sectores de actividade", previsto no Acordo de Concertação Social Estratégico (1996-1999).

Quanto à sinistralidade, os dados estatísticos evidenciam os seguintes valores:

Sector têxtil - 9.436 acidentes de trabalho em 1995; 9.553 em 1996; 4.643 no primeiro semestre de 1997. Indústria transformadora - 91.240 acidentes em 1995; 92.878 em 1996; 45.258 no primeiro semestre de 1997.

Resulta da análise destes dados que o peso da sinistralidade do sector têxtil representa cerca de 10 por cento do universo de acidentes registados na indústria transformadora.

Contudo, o sector têxtil é uma actividade em que há boas condições para o desenvolvimento do diálogo social sectorial, sendo que a prevenção de riscos profissionais constitui um domínio por excelência que pode ser explorado.

IDICT: Instituto para o novo milénio



Campanha Cerâmica recebe candidaturas

Melhorar e inovar as condições de trabalho

O protocolo relativo à campanha para a melhoria das condições de trabalho na indústria cerâmica foi celebrado em Coimbra, a 20 de Maio de 2001. Sob o lema "Condições de Trabalho: Melhorar... Inovar", a iniciativa está na fase de preparação de candidaturas e irá ter o seu encerramento em 2003.

Costa Abrantes, responsável pela delegação do IDICT, em Coimbra, e coordenador nacional da campanha do sector Cerâmico, destaca o programa de formação que a Associação Portuguesa da Indústria Cerâmica promove, assim como o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro. Espera-se também as propostas vindas dos sindicatos do sector a elaboração de um manual de segurança para a Indústria Cerâmica.

O documento que fundamenta a realização desta campanha foi submetido pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), organismo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, pela Associação Portuguesa da Indústria Cerâmica (APICER), pela Federação de Sindicatos da Indústria Cerâmica do Cimento e do Vidro de Portugal, pela Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, pelo Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro (CTCV), e pela Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia.

Os outorgantes do protocolo, cientes da necessidade de dinamizar o conhecimento e consciencialização em torno da prevenção dos riscos profissionais nos diversos sub-sectores da Indústria Cerâmica, comprometeram-se a desenvolver uma campanha para a melhoria das condições de trabalho na indústria cerâmica, com o lema "Melhorar... Inovar".

No âmbito desta campanha compete ao IDICT estabelecer a definição e a promoção do projecto, bem como enquadrar e apoiar as acções a desenvolver pelos restantes intervenientes. Aos restantes compete contribuir para a boas definições técnicas e estratégicas do projecto e dinamizar o desenvolvimento da campanha para todo o sector.

Objectivos gerais

- A campanha tem os seguintes objectivos gerais
- Contribuir para uma efectiva melhoria das condições de trabalho nos vários sub-sectores da indústria cerâmica, agindo ao nível da introdução de melhorias na organização do trabalho e nos componentes materiais de trabalho, como forma de promover o binómio de produtividade/qualidade do posto de trabalho, no reforço da caduça de valores do sector;
- Promover a integração da segurança nas preocupações de gestão das empresas;
- Reforçar a capacidade de intervenção dos parceiros

sociais e institucionais, da comunidade técnico-científica e da Administração no âmbito da prevenção de riscos profissionais e da organização do trabalho;

- Sensibilizar a população em geral, para a importância e significado da prevenção e seus reflexos na melhoria da qualidade de vida e da competitividade das empresas.

Objectivos específicos

Os objectivos específicos são os seguintes:

- Priorizar a prevenção dos riscos profissionais associados a:
 - Concepção de locais de trabalho;
 - Empoimento, identificando boas práticas existentes e procurando a investigação e estudo de soluções técnicas;
 - Movimentação mecânica e manual de cargas;
 - Organização do trabalho, visando a eliminação do trabalho monótono e repetitivo e o reajustamento dos ritmos.
- A campanha desenvolver-se no âmbito de todo o território continental e incide, em especial, nas regiões de maior concentração da indústria e onde as acções possam assumir maior efeito multiplicador.
- A campanha iniciou-se a 28 de Maio de 2001, prevendo-se o seu termo em 2003, e incluirá uma sessão de avaliação intermédia nesta primeira quinzena de Abril de 2002.

Os destinatários da campanha serão os sub-sectores da Indústria Cerâmica, destacando-se os seguintes grupos-alvo:

- Empresários;
- Gestores;
- Trabalhadores;
- Fabricantes e fornecedores de máquinas e equipamentos;
- Centros de Formação Profissional sectoriais;
- Opinião pública em geral.

A Campanha desenvolver-se através de diversas acções desenvolvidas pelo IDICT: actividades específicas a desenvolver pela Inspeção-Geral do Trabalho; actividades a desenvolver pelo IDICT em parceria; e actividades a desenvolver por outras entidades, no âmbito dos projectos aprovados e apoiados pelo IDICT.

O IDICT concede apoio técnico e financeiro às acções que lhe forem propostas que recebam a sua aprovação, nas modalidades previstas nos programas enquadradores e de acordo com as regras a estabelecer em regulamento próprio.

A direcção da campanha é assegurada pelo presidente do IDICT, o qual é presidido por um Grupo de Apoio. Existe também uma Comissão Técnica de Acompanhamento, integrada por um representante de cada um dos subsectores e presidida pelo director da campanha, para assegurar o acompanhamento de toda a actividade desenvolvida neste âmbito.

Os sub-sectores da indústria cerâmica

Cerâmica Estrutural - empresas produtoras de telhas, tijolos, abobadilhas, produtos de grés para a construção e pavimentos rústicos.

Cerâmica de Pavimentos e Revestimentos - empresas produtoras de pavimentos e revestimentos para a construção.

Cerâmica de Louça Sanitária - empresas produtoras de artigos de casa de banho.

Cerâmica Utilitária e Decorativa - empresas produtoras de louça de mesa e cozinha ou decoração, em porcelana, faiança, grés e terracota.

Cerâmicas Especiais - empresas produtoras de isoladores eléctricos, produtos refractários.

Caracterização sócio-económica

O sector cerâmico em Portugal tem cerca de 700 empresas empregando um total aproximado de 30.000 trabalhadores, que representam 4 por cento da mão de obra da indústria transformadora. Na Região Centro o sector cerâmico é responsável pelo emprego de 10 por cento da população activa.

O sector da cerâmica é maioritariamente constituído por pequenas e médias empresas que representam cerca de 95 por cento do universo empresarial do sector.

Constata-se que cerca de 38 por cento das empresas têm menos de 10 pessoas e empregam 3,5 por cento da totalidade dos trabalhadores do sector, enquanto que empresas com mais de 200 trabalhadores representam 4,5 por cento e empregam 40 por cento da mão-de-obra do sector.

O sub-sector da cerâmica utilitária e decorativa é em termos globais o maior empregador em virtude da menor automatização das empresas. Este facto originou também a entrada de um maior número de trabalhadores do sexo feminino, que actualmente é sensivelmente igual ao masculino.

Em termos económicos o sector é responsável, na sua globalidade, por um valor bruto de produção nacional que atingiu em 1999 cerca de 180 milhões de contos e que tem um peso de 10 por cento no total do sector cerâmico europeu.

Relativamente à indústria transformadora nacional, a indústria cerâmica contribui com um peso de 2,5 por cento do valor bruto da produção, 3,8 por cento do valor acrescentado bruto e 2,8 por cento das exportações.

Os riscos profissionais

CERÂMICA
condições de trabalho:
melhorar... inovar



A actividade do sector cerâmico está sujeita a diversos riscos profissionais ligados principalmente ao empoimento, aos equipamentos de trabalho, a movimentação mecânica e manual de cargas e também à organização do trabalho, relacionada com ritmos de trabalho, trabalho monótono e trabalho por turnos.

No entanto, a especificidade dos vários subsectores desta indústria coloca outros problemas à prevenção dos riscos profissionais que deverão ser objecto de uma intervenção adequada de acordo com as características de cada um.

A inexistência de informação estruturada sobre doenças profissionais, por sectores de actividade e de dados relativos a acidentes de trabalho no sector cerâmico, impede, para já, quantificar a simultaneidade e mortifidade laboral do sector.

Concluído, os riscos já apontados para o sector, poderão ser responsáveis por diversas doenças, pneumoconioses, dermatoses, lesões músculo-esqueléticas e acidentes de trabalho.